



PARECER PRÉVIO Nº 17/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11765/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Caapiranga.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Francisco Andrade Braz (Prefeito Municipal)
Antônio Ferreira Lima (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Antonio das Chagas Ferreira Batista – OAB/AM 4177, Adrimar Freitas de Siqueira – OAB/AM 8243, Patrícia Gomes de Abreu – OAB/AM 4447, Fabrícia Taliéle Cradoso dos Santos – OAB/AM 8446, Eurismar Matos da Silva – OAB/AM 9221, Ênia Jéssica da Silva Garcia Cunha – OAB/AM 10416 e Jessé Mamed Lima Mustafa – OAB/AM 14477.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5492/2021 – MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Caapiranga. Exercício de 2018.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas anuais. Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação** das Contas de Governo do Sr. **Antônio Ferreira Lima**, na Prefeitura de Caapiranga, no período de 01/01 à 24/01/2018, no termos do artigo 31, §§1º e 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/1991, com o artigo 1º, inciso I, e com o artigo 29, ambos da Lei AM nº 2.423/1996-LO-TCE-



PARECER PRÉVIO Nº 17/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

AM, e com o artigo 3º, inciso I, da Resolução TCE/AM nº 09/1997.

- 10.2. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas de Governo do Sr. **Francisco Andrade Braz**, na Prefeitura de Caapiranga, no período de 25/01 à 31/12/2018, nos termos do artigo 31, §§1º e 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/1991, com o artigo 1º, inciso I, e com o artigo 29, ambos da Lei AM nº 2.423/1996-LO-TCE-AM, e com o artigo 3º, inciso III, da Resolução TCE/AM nº 09/1997, uma vez que não cumpriu o limite mínimo de gastos com a educação, bem como o limite de gastos com pessoal, definido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 25 de Abril de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente - não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 17/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 17/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11765/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Caapiranga.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Francisco Andrade Braz (Ordenador de Despesa), Antônio Ferreira Lima (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177, Enia Jessica da Silva Garcia Cunha - OAB/AM 10416 e Jessé Mamed Lima Mustafa - 14477.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP .
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5492/2021 – MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Caapiranga. Exercício de 2018.

Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar à SECEX deste TCE-AM que adote as medidas necessárias para a autuação de processos a serem em seguida submetidos ao julgamento deste Tribunal, com o carreamento a eles dos documentos e relatórios que se encontram nestes autos e que dão conta:

10.1.1 Das licitações e contratos, inclusive as decorrente de obras/serviços de engenharia, quanto à ausência de diário de obra; superfaturamento de quantitativo de material de contratação; e Ausência de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART);

10.1.2 Das impropriedades, no tocante ao lançamentos não esclarecidos em Conta Corrente; ausência de comprovação de despesas; ausência de comprovação de repasse de



ACÓRDÃO Nº 17/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 17/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

contribuição previdenciária ao INSS; ausência de esclarecimentos na conta “consignações”; ausência de esclarecimento para saques e despesas nas contas da Prefeitura; não registro de depreciação de bens na contabilidade da Prefeitura; ausência de esclarecimentos sobre as ações e programas nas leis orçamentárias (Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual); esclarecer sobre os mecanismos adotados pelo município para o acompanhamento local da consecução das metas do Plano Nacional de Educação (PNE); fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais por meio de Resolução ao invés de Lei; ausência do controle interno municipal; saldos financeiros do Fundo Municipal de Saúde (FMS) não comparecem, de modo individualizado, nos Balanços Financeiro e Patrimonial, como prescreve o art. 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); Prefeito Municipal atuando como ordenador da despesa do Fundo Municipal da Saúde; preenchimento dos dados orçamentários no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) em atraso; não apresentação dos Relatórios Quadrimestrais de Gestão; FMS não realiza audiências públicas trimestrais; ausências de cotações nas dispensas de licitação; decretos emergências que embasaram dispensas de licitações sem o devido embasamento fático-jurídico; divergência no pagamento das diárias; ausência do levantamento periódico dos bens móveis e imóveis com base no inventário analítico; ausência de controles específicos de almoxarifado e de registro contínuo e permanente de controle de entrada e saída dos materiais.

10.2. Dar ciência ao Sr. **Antônio Ferreira Lima**, por intermédio de seus advogados, deste *Decisum*.

10.3. Dar ciência ao Sr. **Francisco Andrade Braz**, por intermédio de seus advogados, deste *Decisum*.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 25 de Abril de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos



ACÓRDÃO Nº 17/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 17/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral